nº 054/2006; Considerando a necessidade de regulamentar o recebimento da gratificação de atividade especial aos Membros da Defensoria Pública do Estado do Pará, RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º. Esta Resolução regulamenta a gratificação de atividade especial aos Membros da Defensoria Pública do Estado do Pará, de natureza remuneratória e não permanente, prevista no §9º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006.

Art. 2º O(A) membro(a) da Defensoria Pública que, por designação do Defensor Público Geral do Estado do Pará, desempenhar atividade extraordinária que exceda suas atribuições funcionais, sem prejuízo de sua atuação funcional, fará jus mensalmente à gratificação de atividade especial prevista no §9º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006, nos percentuais e casos seguintes:

I - equivalente a 5% (cinco por cento) de seu respectivo vencimento-base, quando participar em Grupo de Trabalho; Grupo de Estudo; Comissão Especial e Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

II - equivalente a 7,5% (sete e meio por cento) de seu respectivo vencimento-base, quando participar em Comissão Eleitoral, nas eleições da Defensoria Pública do Estado do Pará; Comissão de Concurso Público; Comissão Processante em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

III - equivalente a 10% (dez por cento) de seu respectivo vencimento-base, quando presidir Grupo ou Comissão que trata esta Resolução e atuar perante a Justiça Eleitoral, enquanto não estiver regulamentado o pagamento pela Justiça Eleitoral;

Parágrafo único. Quando o desempenho da atividade extraordinária prevista neste artigo se der em período fracionado de mês, o(a) membro(a) da Defensoria Pública fará jus à gratificação pro rata tempore.

Art. 3º O(A) membro(a) da Defensoria Pública que for eleito para compor o Conselho Superior da Defensoria Pública, fará jus mensalmente à gratificação de atividade especial prevista no §9º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006, equivalente a 10% (dez por cento) de seu respectivo vencimento-base, quando efetivamente exercer as funções de Conselheiro(a).

Parágrafo único. Quando o desempenho da atividade extraordinária prevista neste artigo se der em período fracionado de mês, o(a) membro(a) da Defensoria Pública fará jus à gratificação pro rata tempore.

Art. 4º A gratificação estabelecida nesta regulamentação será incluída na folha de pagamento do mês subsequente ao do período aquisitivo, devendo qualquer ocorrência que torne sem efeito a designação para o exercício da cumulação, de forma total ou parcial, ser informada ao setor competente para as providências pertinentes.

Art. 5º A Defensoria Pública Geral definirá os integrantes, os objetivos específicos e estratégicos, o prazo de duração e a presidência, dos Grupos e Comissões que trata esta Resolução, bem como a designação para atuar perante a Justiça Eleitoral.

Art. 6º Os efeitos financeiros desta Resolução se aplicam apenas aos casos que se constituírem a partir do início da vigência desta norma.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 01 de janeiro de 2022.

Sala de Reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Presidente do Conselho Superior
Defensor Público-Geral

Membro Nato

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Subdefensora Pública-Geral

Membra Nata

CESAR AUGUSTO ASSAD

Corregedor-Geral

Membro Nato

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO

Membro Titular

BRUNO BRAGA CAVALCANTE

Membro Titular

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Membro Titular

JULIANA ANDREA OLIVEIRA

Membra Titular

DOMINGOS LOPES PEREIRA

Membro Titular

RENAN FRANÇA CHERMONT RODRIGUES

Membro Titular

BEATRIZ FERREIRA DOS REIS

Membra Titular

Protocolo: 731393

RESOLUÇÃO CSPD Nº 283, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre a gratificação de acumulação em Defensorias Públicas distintas pelos Membros da Defensoria Pública do Estado do Pará, prevista no §8º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, publicada no D.O.E. em 09.02.2006; Considerando os termos do §8º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006; Considerando a existência de Defensorias Públicas vagas e a necessidade de regulamentar o recebimento da gratificação de acumulação em Defensorias Públicas distintas pelos Membros da Defensoria Pública do Estado do Pará, RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução regulamenta a gratificação de acumulação em Defensorias Públicas distintas pelos Membros da Defensoria Pública do Estado do Pará, de natureza remuneratória e não permanente, prevista no §8º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006.

Art. 2º O(A) Membro(a) da Defensoria Pública que, por designação do Defensor Público-Geral do Estado do Pará, exercer cumulativamente suas

atribuições legais em Defensoria Pública distinta daquela que seja titular ou designado fará jus à gratificação de acumulação prevista no §8º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006, nas circunstâncias e percentuais seguintes:

I - na acumulação de atribuições legais de Defensoria Pública distinta daquela que seja titular ou designado, na mesma unidade judiciária, fará jus à gratificação de acumulação equivalente a 10% (dez por cento) de seu respectivo vencimento-base, por Defensoria Pública acumulada, para cada mês em que atuar em tal condição.

II - na acumulação de atribuições legais de Defensoria Pública distinta daquela que seja titular ou designado, em unidade judiciária diferente, fará jus à gratificação de acumulação equivalente a 10% (dez por cento) de seu respectivo vencimento-base, por Defensoria Pública acumulada, para cada mês em que atuar em tal condição, sem prejuízo do recebimento da respectiva diária, concedida de acordo com a regulamentação específica.

Art. 3º Fará jus ao recebimento da gratificação de acumulação prevista no §8º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006 o(a) Membro(a) da Defensoria Pública que, por solicitação fundamentada da respectiva Diretoria a que estiver subordinado, excepcionalmente, exercer quaisquer das seguintes atribuições legais em Defensoria Pública distinta daquela que seja titular ou designado:

I - realizar atendimentos;

II - atuar em processos judiciais e extrajudiciais;

III - atuar em audiências judiciais.

Parágrafo único: O(A) Membro(a) da Defensoria Pública que acumular uma (01) das atribuições dispostas nos incisos acima fará jus ao recebimento de 5% (cinco por cento) de seu vencimento-base; caso acumule duas (02) das atribuições, fará jus ao recebimento de 7,5% (sete e meio por cento) de seu vencimento-base.

Art. 4º Fará jus ao recebimento da gratificação de acumulação prevista no §8º, do artigo 46, da Lei Complementar Estadual nº 054/2006, no percentual de 5% de seu respectivo vencimento-base, o(a) Membro(a) de Defensoria Pública que, por solicitação fundamentada da respectiva Diretoria que estiver subordinado, excepcionalmente, acumular de maneira equitativa com outro Membro(a), Defensoria Pública vaga, distinta daquela que seja titular ou designado.

Parágrafo único. É proibida a acumulação de atribuições que trata este artigo por mais de 02(dois) Membros(as) da Defensoria Pública.

Art. 5º Quando a acumulação prevista nesta resolução ocorrer em período fracionado de mês, o(a) membro(a) da Defensoria Pública fará jus à gratificação pro rata tempore.

Art. 6º Não será devido o pagamento da gratificação de acumulação nas seguintes hipóteses:

I - na atuação em regime de plantão e recesso forense;

II - na substituição ou designação em casos ou feitos determinados, bem como nas hipóteses legais de impedimento e suspeição.

III - nos casos de substituição automática em virtude de férias individuais ou licença prêmio do titular até 30 (trinta) dias.

IV - nos casos de folgas compensatórias ou demais afastamentos legais até o total de 30 (trinta) dias.

§1º. O(A) membro(a) da Defensoria Pública não acumulará sem remuneração as atribuições de qualquer outra Defensoria Pública da qual não seja titular ou designado, por mais de 30 (trinta) dias, contínuos ou não, no interstício de 12 (doze) meses, mesmo que em decorrência de afastamentos de natureza distintas, devendo a fração que ultrapassar os 30 (trinta) dias ser paga pro rata tempore.

§2º. A regra do parágrafo primeiro não se aplica nos casos dos incisos I e II deste artigo.

Art. 7º As gratificações estabelecidas nesta regulamentação serão incluídas na folha de pagamento do mês subsequente ao do período aquisitivo, devendo qualquer ocorrência que torne sem efeito a designação para o exercício da cumulação, de forma total ou parcial, ser informada ao setor competente para as providências pertinentes.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2022.

Sala de Reuniões do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Presidente do Conselho Superior

Defensor Público-Geral

Membro Nato

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS

Subdefensora Pública-Geral

Membra Nata

CESAR AUGUSTO ASSAD

Corregedor-Geral

Membro Nato

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO

Membro Titular

BRUNO BRAGA CAVALCANTE

Membro Titular

ALEXANDRE MARTINS BASTOS

Membro Titular

JULIANA ANDREA OLIVEIRA

Membra Titular

DOMINGOS LOPES PEREIRA

Membro Titular

RENAN FRANÇA CHERMONT RODRIGUES

Membro Titular

BEATRIZ FERREIRA DOS REIS

Membra Titular

Protocolo: 731390